



2. CURRÍCULO

Os espanhóis dão aula (Educadores criticam o sistema escolar elitista adotado no Brasil e a inércia dos governos)

HERNÁNDEZ, Fernando; SANCHO, Juana Maria. *Os espanhóis dão aula*. **Revista IstoÉ**, São Paulo, 31 maio 2006. Entrevista concedida a Marina Caruso. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1910/especial_proxima_geracao/1910_espanhois_dao_aula.htm>. Acesso em: 13 jul. 2009.

Os educadores espanhóis Fernando Hernández e Juana Maria Sancho conhecem as mazelas da educação brasileira como poucos. Casados há 20 anos, já moraram no Brasil e são sempre convidados por escolas badaladas do País para conferências. Hernández, doutor em psicologia e catedrático do Departamento de Arte e Educação da Universidade de Barcelona, é o grande defensor da organização de currículos pedagógicos por projetos de trabalho, não por disciplinas. E Juana, catedrática do Departamento de Didática e Organização Educativa da Universidade de Barcelona, defende um sistema educacional capaz de dialogar com todas as classes sociais. Ambos apresentam críticas contundentes à forma como a educação é maltratada no Brasil. Mas também apontam caminhos.

ISTOÉ – Na opinião dos senhores, quais são os pontos da educação brasileira

que mais precisam de mudanças drásticas?

Juana – Há muitas mudanças a serem feitas. A primeira, a meu ver, seria estruturar um sistema educacional que respondesse aos problemas da população brasileira, com toda sua diversidade e pluralidade. Tal como é hoje, a educação brasileira é descentralizada, cheia de desigualdades. As diferenças existem não apenas quando comparamos escolas públicas com escolas privadas, mas mesmo dentro do próprio sistema público de ensino. Faltam instalações, cadeiras, lousas, materiais e livros didáticos. E, o mais grave, faltam professores bem formados e bem remunerados, o que é inadmissível para um país que tem um dos PIBs mais altos do mundo. Ou seja, o Brasil precisa fornecer as mesmas mínimas condições de aprendizagem para todos. Isso mudaria desde a forma de entender a educação – que não é um privilégio de poucos, mas um direito de todos – até o conteúdo ensinado. Um currículo que dialogue com as necessidades dos alunos é hoje muito mais importante do que um ensino pautado em disciplinas que, muitas vezes, não dizem nada. Essas crianças têm que ser os sujeitos da aprendizagem, os autores de suas próprias histórias, não ficar estudando matérias descontextualizadas.

ISTOÉ – Isso não é o reflexo de um sistema que valoriza mais o vestibular, por exemplo, do que a formação dos alunos?

Hernández – Também. Mas há muitas outras confusões na concepção do ensino brasileiro. Como, por exemplo, a ideia equivocada de que basta que as crianças frequentem a escola para que estejam educadas. Na minha opinião, o Brasil só conseguiu, nos últimos dez anos, a escolarização de quase 100% dos alunos do ensino básico porque boa parte dessas crianças vai à escola atrás de programas assistenciais, como merendas e Bolsa Família. Ou seja, entramos numa segunda questão que também precisa mudar urgentemente: o discurso dos políticos. Eles levantam a bandeira da educação, mas não têm nenhum interesse em vê-la como verdadeiro fator de mudança social.

ISTOÉ – Por que o senhor acha que isso acontece?

Hernández – Porque, se a educação fosse um fator de mudança social, as relações sociais do País mudariam completamente. Já morei quatro meses aqui e pelo menos uma vez por ano venho ao País para falar de educação. A sensação que me dá é que as pessoas que estão no poder não querem essas mudanças. Não querem que seus subordinados tenham acesso às mesmas coisas que eles tiveram, nem que recebam salários

melhores. Ou seja, os políticos, no fundo, não creem na educação, pois temem seu poder transformador.

ISTOÉ – E como fica o País diante da opinião de órgãos internacionais ligados à educação?

Hernández – Mal, mas lá fora nem de longe se conhece tão bem esses problemas. O ensino médio, por exemplo, representa um dado importante no compromisso do Brasil com os organismos internacionais. Preocupado em atender às exigências desses órgãos, o País conseguiu um aumento significativo no número de adolescentes que ingressam no ensino médio, sem levar em conta, no entanto, que nos últimos anos 27% deles abandonaram as escolas. Ou seja, isso mostra que o ensino médio público brasileiro é incompatível com a vida de trabalhador dos jovens da classe proletária. Eles não têm como conciliar uma formação acadêmica, repetitiva e unilateral com suas necessidades básicas. Isso mostra, como você mencionou antes, que o vestibular não serve para que a gente se eduque, serve apenas para manter a divisão social que assola o País. Os ricos continuarão cursando universidades públicas gratuitas e os pobres, se passarem no exame, continuarão não podendo pagar universidades particulares. O vestibular brasileiro não educa, seleciona. E impede a inovação educacional do País. Com o mercado milionário que esse exame gera, duvido muito que isso seja modificado.

ISTOÉ – Qual é a primeira medida a ser tomada para acabar com esses equívocos?

Juana – Deve-se criar um pacto pela educação brasileira, independentemente de partidos e bandeiras políticas.

Hernández – Isso significaria a união de diferentes setores da sociedade em torno de uma só finalidade: a busca por uma educação competente em diferentes níveis, municipais e federal. Esse é outro problema do Brasil. Recursos se movem e se movem muito. O governo federal sempre disponibiliza verbas para as mais nobres causas. Mas alguém deveria fiscalizar o que, de fato, está sendo feito com esses recursos. Me parece que o problema não está em conseguir o dinheiro, mas em fazê-lo chegar ao destino final.

ISTOÉ – Uma vez conseguidos a verba e a mobilização da sociedade, qual seria o próximo passo?

Hernández – Primeira etapa: não se pode continuar mantendo escolas onde as crianças ficam apenas três horas e meia por dia.

Juana – E, em alguns lugares mais pobres, apenas por duas horas, porque não têm merenda.

Hernández – Claro. Se as crianças ficassem tempo integral nas escolas, isso mudaria muitas coisas. Os professores, por exemplo, só trabalhariam um turno. Receberiam salários melhores e teriam mais tempo para estudar e se aprimorar, pois não estariam sempre correndo para deixar a turma da manhã e atravessar a cidade para encontrar a turma da tarde. Quanto mais tempo a criança ficar na escola, mais tempo haverá para se trabalhar a própria escola e sua importância. Ou seja, para que pais, educadores, políticos e empresários entendam quais são as necessidades de aprendizagem dessa criança e descubram o que a escola deve fazer para supri-las. É preciso entender o entorno do aluno para capacitá-lo. Não adianta só fazer provas e provas e provas. Isso já está provado que não funciona. Por isso, insisto tanto nos projetos currículo-pedagógicos. O Brasil não tem que formar alunos para fazer provas, tem que formar cidadãos aptos a resolver os problemas no seu contexto.